

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**CONSULTA PÚBLICA [●]**  
**PROCESSO SEI Nº [●]/2023**  
**CONCORRÊNCIA Nº [●]/2023**

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO, REFORMAS E MANUTENÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO PEDAGÓGICOS EM UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – RS

**ANEXO IX DO CONTRATO – DIRETRIZES PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS**

Este ANEXO é composto pelos seguintes APÊNDICES, que lhe são partes integrantes e indissociáveis:

APÊNDICE I – MINUTA DE CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTES DE GARANTIAS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

APÊNDICE II – MINUTA DE CONTRATO DE INSTRUMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA APORTE

## SUMÁRIO

1. DIRETRIZES GERAIS PARA CELEBRAÇÃO DA CONTA GARANTIA E DA CONTA APORTE	3
2. INSTRUMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA APORTE .....	3
3. INSTRUMENTO DE NOMEAÇÃO DE AGENTES DE GARANTIAS E O SISTEMA DE GARANTIA.....	5
4. DISPOSIÇÕES COMUNS.....	5

CONSULTA PÚBLICA

## **1. DIRETRIZES GERAIS PARA CELEBRAÇÃO DA CONTA GARANTIA E DA CONTA APORTE**

**1.1.** O CONTRATO prevê que o PODER CONCEDENTE realizará APORTE de recursos em favor da CONCESSIONÁRIA pela realização das obras das NOVAS UNIDADES que compõem o PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO.

**1.2.** O CONTRATO também obriga a constituição, em favor da CONCESSIONÁRIA, de Sistema de Garantia dos pagamentos devidos pelo PODER CONCEDENTE.

**1.3.** As obrigações a que fazem referência os itens 1.1 e 1.2 deste ANEXO serão operacionalizados mediante a celebração de instrumentos de administração de contas vinculadas nos quais constarão como partes, no mínimo, o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA do BLOCO [●] e a INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA.

**1.4.** A CONCESSIONÁRIA poderá, justificadamente, propor modificações na forma da operacionalização das contas prevista nos instrumentos a que se refere o item 1.3, desde que respeitados a estrutura a finalidade do instrumento, consoante os termos previstos neste ANEXO.

**1.5.** Os capítulos a seguir apresentam as diretrizes mínimas a serem observadas na elaboração dos instrumentos mencionados nos itens acima.

## **2. INSTRUMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA APORTE**

**2.1.** O CONTRATO prevê que o pagamento do APORTE devido à CONCESSIONÁRIA, como remuneração pela realização das obras de construção das NOVAS UNIDADES, será realizado por meio de recursos oriundos de dotação orçamentária específica e da CONTA APORTE específica.

**2.2.** A CONTA APORTE será constituída por meio de instrumento a ser celebrado entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e a INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA.

**2.3.** O APÊNDICE II – MINUTA DO CONTRATO DE INSTRUMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE APORTE deste ANEXO contém a minuta do instrumento de que trata o item 2.2.

**2.4.** O pagamento do APORTE será operacionalizado por meio da liberação dos recursos

transferidos à CONTA APORTE, sendo que esta conta vinculada de movimentação restrita deverá ser mantida até a conclusão do PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO, e somente poderá ser encerrada nos casos de:

- a) esgotamento dos recursos depositados na CONTA APORTE, na forma prevista no CONTRATO;
- b) celebração de contrato com nova INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA, desde que mantida sua finalidade;
- c) abertura de novas contas correntes com as mesmas finalidades.

**2.5.** O PODER CONCEDENTE deverá constituir a CONTA APORTE no prazo de até 60 (sessenta) dias da assinatura do CONTRATO e efetuar a transferência da totalidade dos recursos para a CONTA APORTE antes da DATA DA ORDEM DE INÍCIO, mediante execução orçamentária.

**2.6.** A constituição da CONTA APORTE e a transferência da totalidade dos recursos para a referida conta configuram-se como condições precedentes para a emissão da ORDEM DE INÍCIO pelo PODER CONCEDENTE.

**2.7.** Os recursos depositados na CONTA APORTE deverão ser aplicados em investimentos de baixo risco e liquidez diária vinculados a títulos do Tesouro Nacional.

**2.8.** A liberação do valor do APORTE, na íntegra ou parcial, será realizada pela INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA de acordo com a proporcionalidade definida pelo FATOR DE CONSTRUÇÃO, conforme disposto e regrado no ANEXO V DO CONTRATO – MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO E DO APORTE, e ocorrerá após a emissão de CERTIFICAÇÕES PARCIAIS e do TERMO DEFINITIVO DE ACEITAÇÃO DE OBRAS correspondente à NOVA UNIDADE construída.

**2.9.** O instrumento de administração de contas deverá possibilitar que a CONCESSIONÁRIA ofereça em garantia os recursos liberados da CONTA APORTE aos seus FINANCIADORES, consoante o seu regramento, conforme previsto no APÊNDICE II – MINUTA DE CONTRATO DE INSTRUMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA APORTE, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

### **3. INSTRUMENTO DE NOMEAÇÃO DE AGENTES DE GARANTIAS E O SISTEMA DE GARANTIA**

**3.1.** Conforme disposto no CONTRATO, o Sistema de Garantia compreende:

- a) o SALDO GARANTIA, correspondente ao saldo líquido contido na CONTA GARANTIA, conforme designado no CONTRATO e no presente ANEXO;
- b) na qualidade de GARANTIA SUBSIDIÁRIA:
  - i. a vinculação de recursos provenientes da quota do Salário Educação devida ao Município de Porto Alegre, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 1.805/1980, nos termos do CONTRATO e do presente ANEXO; e
  - ii. a vinculação de até 25% (vinte e cinco por cento) do repasse de recursos do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS destinado ao município de Porto Alegre, nos termos do art. 1º, parágrafo único, alínea “g)” do Decreto-Lei nº 1.805/1980, nos termos do CONTRATO e do presente ANEXO.

**3.2.** O Sistema de Garantia será constituído mediante a celebração de instrumento específico entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e a INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA.

**3.3.** O APÊNDICE I – MINUTA DO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTES DE GARANTIAS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS deste ANEXO contém a minuta do instrumento de que trata o item 3.2.

**3.4.** A INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA responsável por operacionalizar a CONTA GARANTIA e a GARANTIA SUBSIDIÁRIA deverá ser aquela por meio da qual o Município de Porto Alegre recebe os recursos da QSE e do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.

### **4. DISPOSIÇÕES COMUNS**

**4.1.** Sem prejuízo de demais previsões contratuais trazidas pelas PARTES, os instrumentos de administração de contas deverão conter, no mínimo, as disposições a seguir.

**4.2.** Serão obrigações do PODER CONCEDENTE, conforme o caso:

- a) garantir o cumprimento integral e tempestivo do instrumento, durante todo o período de vigência do CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e garantindo que quaisquer medidas restritivas dos direitos conferidos às PARTES no instrumento sejam efetivadas em conformidade com a lei e com a devida motivação;
- b) fornecer à INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA cópia do CONTRATO;
- c) não criar, incorrer ou permitir que sejam constituídos quaisquer ônus, gravames ou embaraços sobre os valores depositados na CONTA GARANTIA ou na CONTA APORTE;
- d) cuidar para a manutenção da CONTA GARANTIA e da CONTA APORTE por todo o prazo de vigência do CONTRATO, livre de quaisquer restrições;
- e) assegurar que o montante correspondente ao SALDO GARANTIA e o saldo máximo do APORTE sejam constituídos tempestivamente, nos prazos estabelecidos pelo CONTRATO;
- f) designar dotação orçamentária com a finalidade de constituir o saldo máximo da CONTA APORTE e o SALDO GARANTIA;
- g) prestar todos os esclarecimentos solicitados pela INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA;
- h) informar à INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA sempre que houver alterações no prazo do CONTRATO ou nos valores de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA, no âmbito da CONCESSÃO;
- i) contratar VERIFICADOR INDEPENDENTE para que este informe a cada mês à INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA os valores da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA, já deduzidos ou acrescidos de eventuais montantes previstos no CONTRATO (DESEMBOLSO EFETIVO);
- j) informar à INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA e à CONCESSIONÁRIA, por escrito e em até 48h (quarenta e oito horas) do momento em que tenha tomado conhecimento, a respeito da existência de qualquer demanda judicial ou extrajudicial que possa

afetar os direitos da CONCESSIONÁRIA e depreciar ou ameaçar a segurança, liquidez e certeza dos recursos depositados na CONTA APORTE e na CONTA GARANTIA, incluindo a vinculação dos recursos provenientes da QSE e do FPM; e

- k) indicar preposto que estará autorizado a acessar extrato da CONTA GARANTIA e da CONTA APORTE.

**4.3. Serão obrigações da INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA:**

- a) garantir o cumprimento integral e tempestivo do instrumento, nos termos do presente ANEXO, durante todo o período de vigência do CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e zelando pelos ativos sob sua custódia ou controle, com o mesmo grau de zelo empregado em relação a seus próprios ativos;
- b) atuar, na qualidade de administradora da CONTA GARANTIA e da CONTA APORTE, como fiel depositária dos valores nela existentes, realizando tempestivamente as transferências dos recursos devidos, conforme previsto no instrumento, nos termos do presente ANEXO;
- c) desempenhar, única e exclusivamente, as funções expressamente previstas no instrumento, não estando implícita nenhuma outra função ou responsabilidade adicional ou complementar, como o saque ou a transferência de numerários de maneira independente;
- d) recusar-se a efetivar determinações do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA que contrariem, expressamente, as disposições do instrumento; e
- e) fornecer ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, sempre que lhe solicitado, as informações da CONTA GARANTIA e da CONTA APORTE, em prazo hábil.

**4.4.** A INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA deverá ser notificada da irregularidade na prestação dos serviços e será responsabilizada caso não sane a irregularidade em prazo hábil.

**4.5.** O instrumento permanecerá vigente durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO.

**4.6.** O instrumento poderá ser rescindido de comum acordo entre as PARTES ou por solicitação da CONCESSIONÁRIA, hipótese na qual um novo contrato deverá ser celebrado tendo o mesmo objeto e condições contratuais, considerado o tempo de vigência remanescente do CONTRATO.

**4.7.** O pagamento pelos serviços prestados pela INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA, bem como o ressarcimento de quaisquer despesas, caberá ao PODER CONCEDENTE.

CONSULTA PÚBLICA